



DIRETO DA REITORIA POR PAULO CARDIM

Educação – Quando aprenderemos a voar?

27/09/2020 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 459, 28 de setembro de 2020

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

A Educação, bem maior de nossa humanidade, sofre com a pandemia da Covid-19. A educação básica pública é a mais atingida, ante as medidas contraditórias editadas pelos sistemas de ensino das unidades federadas e dos municípios.

O [Censo da Educação Básica/2019](#) registra a existência de 180.610 escolas de educação básica. A rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (60%). Etapas de ensino mais ofertadas nas escolas: educação infantil – 114.851 (63,6%); anos iniciais do ensino fundamental – 109.644 (60,7%); ensino médio – 28.860 (16,0%).

O Censo registra 47,9 milhões de matrículas nas 180.610 mil escolas espalhadas por este Brasil continental. São 38.739.461 matrículas nas escolas públicas e 9.134.785 nas da livre iniciativa. No ensino médio foram registradas 7,5 milhões de matrículas. O total de matrículas do ensino médio segue tendência de queda nos últimos anos. Nos últimos cinco anos, o número total de matrículas do ensino médio caiu 7,6%.

O Censo revela 2,2 milhões de docentes na educação básica. A maior parte no ensino fundamental (62,6%), onde estão 1.383.833 docentes.

Segundo dados conhecidos, 81,9% dos estudantes da educação básica deixaram de frequentar as escolas. Cerca de 38 milhões de alunos. Dados da Unesco revelam que, no planeta, esse total soma 64,5%, ou seja mais de 1,2 bilhão de crianças, adolescentes e jovens. São 9 em cada 10 estudantes que estão fora da escola neste ano. Dados impressionantes.

No Brasil, no mínimo, cerca de 38 milhões de alunos da educação básica vão passar este ano no limbo. Um prejuízo irrecuperável. Um ano perdido.

As normas sanitárias para a contenção da pandemia exigem, entre outras, o isolamento social e a quarentena, fato que impede o ensino presencial. As recomendações editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da decretação do estado de emergência, as unidades federadas e os municípios passaram a editar normas próprias, com orientações diversas e, às vezes, conflitantes, especialmente sobre o distanciamento e isolamento social.

A permissão do CNE para o uso da educação a distância (EAD) ou remota não funcionou para as escolas públicas. Grande parte dos alunos não possui computadores ou celulares. Ocorre ainda que a

internet banda larga não existe em grande parte do nosso país. As desigualdades sociais foram expostas cruamente, com 52 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. Cerca de 14 milhões estão na extrema pobreza, população equivalente, por exemplo, à da Bélgica e de Portugal.

Na classificação das classes sociais, adotada pelo governo Dilma Rousseff, a partir de 2012, a renda mensal de até R\$ 1.019,00 é atribuída à “classe média alta”. Somente por esse simples dado pode-se concluir que o número de pobres alcança essa divisão simplória. É fácil verificar as dificuldades da expressiva maioria dos estudantes das escolas públicas para uma aprendizagem exitosa, com resultados positivos, na modalidade EAD, ensino remoto ou híbrido.

A vacinação da Covid-19 poderá proporcionar, em 2021, uma volta às aulas mais segura, mas a desigualdade social permanecerá, impedindo o ensino híbrido nas escolas públicas e a aplicação de metodologias ativas de aprendizagem, que exigem os recursos das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Nos termos do art. 3º de nossa Constituição, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Decorridos 32 anos, a pobreza é mais profunda e desoladora do que em 1988. Um retrocesso.

Segundo o mestre Aristóteles, “a pior forma de desigualdade é tentar fazer duas coisas diferentes iguais”. Esse é o problema da educação básica pública. Fazer coisas iguais para todos, os diferentes, sem considerar as desigualdades sociais, um fosso entre os miseráveis e pobres e os “mais afortunados”.

Mas, fique bem claro que, por trás de números, porcentagens, coisas tão frias e exatas, há crianças, jovens, adultos – GENTE, enfim. Educação é, na verdade, desatar asas, ver ganhar o espaço a borboleta antes presa em seu casulo, é observar da plataforma o voo para a vida e admirar. Por isso, talvez seja melhor uma linguagem poética para encerrar o Blog desta semana, nos versos da poeta Angela Araújo de Souza, que reflita toda a frustração que estamos vivendo:

Voar é ser livre!

Quando alcançaremos essa meta?

Quando seremos livres?

Quando teremos um plano de voo?

Quando aprenderemos, afinal, a voar?

Quando a EDUCAÇÃO ocupar seu verdadeiro lugar na mente, no coração dos homens.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim

Diretor da Escola Normal Caetano de Campos

Educador e Inspetor de Alunos, 1909

Irmão do fundador do

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Pedro Augusto Gomes Cardim.